



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 27/2022

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

PARECER ÚNICO				
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Nome: DJALMA JOSÉ CARDOSO		CPF/CNPJ: 431.269.956-91		
Endereço: RUA WENCESLAU P. VALIM, Nº 200, APTO 203		Bairro: MEDICINA		
Município: POUSO ALEGRE	UF: MG	CEP: 37.553-032		
Telefone: 34 99666-0160	E-mail: tuana.plantar@gmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (x) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2				
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
Nome:		CPF/CNPJ:		
Endereço:		Bairro:		
Município:	UF:	CEP:		
Telefone:	E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: FAZENDA SANTA BÁRBARA		Área Total (ha): 87,68		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 10.257		Município/UF: ITUIUTABA-MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3129103-820C.2A58.4F10.4514.8E1B.4DFA.BA5D.E7F5				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade		
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA	9,04	HA		
(DESMATE)				
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA	7,48	HA	630754	7898478
(DESMATE)				
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)		
Agricultura	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	7,48		
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
CERRADO	CERRADO	VEGETAÇÃO DE CERRADO	7,48	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
LENHA	LENHA	320	M³	

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 06/01/2022

Data da vistoria: 25/02/2022

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

2.OBJETIVO

O EMPREENDEDOR TEM COMO OBJETIVO A INTERVENÇÃO AMBIENTAL (SUPRESSÃO) EM UMA ÁREA DE 9,04HA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO PARA A AMPLIAÇÃO DE CULTURAS ANUAIS, PORÉM, AO VISTORIARMOS A PROPRIEDADE VIMOS QUE PARTE DA ÁREA DEMARCADA PARA RESERVA LEGAL ENCONTRAVA-SE NA APP. SOLICITAMOS A CORREÇÃO DO MAPA, COM ISSO A ÁREA DE SUPRESSÃO REDUZIU PARA 7,48HA.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

FAZENDA SANTA BÁRBARA, MUNICÍPIO DE GURINHATÃ-MG COM ÁREA TOTAL DE 87,68HA O QUAL CORRESPONDE A 2,93 MÓDULOS FISCAIS. O EMPREENDIMENTO ENCONTRA-SE NO BIOMA CERRADO E O MUNICÍPIO POSSUI 16,74% DE COBERTURA DE VEGETAÇÃO NATIVA.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3129103-820C.2A58.4F10.4514.8E1B.4DFA.BA5D.E7F5

- Área total: 84,4749 ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 17,54ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 9,4136ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 75,1332ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 17,54 ha

() A área está em recuperação: 0ha

() A área deverá ser recuperada: 0ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 4 FRAGMENTOS

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem satisfatoriamente com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A ÁREA REQUERIDA PARA INTERVENÇÃO POSSUI 9,04HA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO PARA A AMPLIAÇÃO DE CULTURAS ANUAIS. POREM, AO VISTORIARMOS A PROPRIEDADE VIMOS QUE PARTE DA ÁREA DEMARCADA PARA RESERVA LEGAL ENCONTRAVA-SE NA APP. SOLICITAMOS A CORREÇÃO DO MAPA, COM ISSO A ÁREA DE SUPRESSÃO REDUZIU PARA 7,48HA. O PUP SIMPLIFICADO APRESENTADO E A VISTORIA NO LOCAL ATESTARAM QUE SE TRATA DE UMA ÁREA COM VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO. O RENDIMENTO MÉDIO ESTIMADO É DE 42,78M³/HA, INFORMAÇÕES RETIRADAS DO PUP. NÃO FORAM VERIFICADAS ESPÉCIES PROTEGIDAS, NO ENTANTO, FICA INDEFERIDO A SUPRESSÃO DE IPÊ AMARELO E PEQUI CASO OCORRAM NA ÁREA DE SUPRESSÃO, CONFORME LEI 20308/12.

Taxa de Expediente: R\$ 528,50 PAGO EM 02/12/2021

Taxa florestal LENHA: R\$ 1.766,91 PAGO EM 02/12/2021

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: 100% BAIXA

- Prioridade para conservação da flora: MÉDIA

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: NÃO HÁ RESTRIÇÃO

- Unidade de conservação: NÃO

- Áreas indígenas ou quilombolas: NÃO

- Outras restrições: NÃO

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: PECUÁRIA

- Atividades licenciadas: -Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento:

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: NÃO PASSÍVEL

- Número do documento:

5.3 Vistoria realizada:

VISTORIA REALIZADA EM 25/02/2022 ACOMPANHADO DE JOSÉ MARIA DE CASTRO JR E EM VISTORIA FOI OBSERVADO QUE A ÁREA ORA PLEITEADA ENCONTRA-SE COM VEGETAÇÃO DE CERRADO. CONFORME MENCIONADO NO PUP. A PRINCIPAL ATIVIDADE NESTA PROPRIEDADE É AGROPECUÁRIA E PLANTIO DE CULTURAS ANUAIS.

O ÍNDICE DE ANTROPIZAÇÃO APÓS A SUPRESSÃO SERÁ DE 54,74%.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: PLANA E LEVEMENTE ONDULADA

- Solo: LATOSSOLO VERMELHO DISTRÓFICO (ARENOSO)

- Hidrografia: A PROPRIEDADE É BANHADA PELO CÓRREGO DA JACUBA E POR UMA VERTENTE SEM DENOMINAÇÃO. A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE LOCALIZADA NA MICRO BACIA DO RIO TIJUCO E BACIA HIDROGRÁFICA FEDERAL DO RIO PARANAÍBA.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação:

CONFORME PUP, A PROPRIEDADE APRESENTA VEGETAÇÃO DE CERRADO.

BIOMA CERRADO.

- Fauna: É COMPOSTA DE ANIMAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE. VIMOS NA VISTORIA SERIEMA. NÃO IDENTIFICAMOS NO MOMENTO DA VISTORIA ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

5.4 Alternativa técnica e locacional: NÃO SE APLICA

6. ANÁLISE TÉCNICA

O EMPREENDEDOR PLEITEIA REALIZAR SUPRESSÃO 9,04HA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO PARA A AMPLIAÇÃO DE CULTURAS ANUAIS, PORÉM, AO VISTORIARMOS A PROPRIEDADE VIMOS QUE PARTE DA ÁREA DEMARCADA PARA RESERVA LEGAL ENCONTRAVA-SE NA APP. SOLICITAMOS A CORREÇÃO DO MAPA, COM ISSO A ÁREA DE SUPRESSÃO REDUZIU PARA 7,48HA, COM O INTUITO DE PREPARAR A ÁREA PARA FORMAÇÃO DE NOVAS PASTAGENS. A PROPRIEDADE APRESENTA GRAU DE VULNERABILIDADE NATURAL 100% BAIXO, OU SEJA, É POUCO VULNERÁVEL AOS IMPACTOS ANTRÓPICOS NEGATIVOS COM A INTRODUÇÃO DO EMPREENDIMENTO, E APRESENTA GRAU DE PRIORIDADE DE CONSERVAÇÃO DA FLORA MÉDIO, ISSO PODE SER EXPLICADO DEVIDO AO ESTÁGIO DA DA VEGETAÇÃO SER DE CERRADO. A ÁREA DE RESERVA LEGAL ENCONTRA-SE DEMARCADA NO CAR EM 4 GLEBAS DISTINTAS, SENDO: 1ª GLEBA COM 14,07HA DE, 2ª GLEBA COM 0,7HA, 3ª GLEBA COM 1,21HA E 4ª GLEBA COM 1,56HA, AMBAS COM VEGETAÇÃO DE CERRADO. ESSA ÁREA DE 7,48 HA REQUERIDOS PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA FOI CARACTERIZADA ATRAVÉS NO PUP COMO CERRADO, O QUAL APRESENTARAM OS SEGUINTE RESULTADOS DESCRITOS ABAIXO ISOLADAMENTE. A MÉDIA EM VOLUME FOI DE APROXIMADAMENTE 42,78M³/HA; A QUAL PODE OCORRER UM ERRO DE 20% DENTRO DA NORMALIDADE PARA A VEGETAÇÃO VISTORIADA E ANALISADA. CONCLUI-SE QUE A ÁREA NÃO POSSUI RESTRIÇÃO EM RELAÇÃO AO BIOMA E ECOSSISTEMA, NÃO HÁ RESTRIÇÃO DE ACORDO COM GRAU DE VULNERABILIDADE NATURAL. PELOS MOTIVOS APRESENTADOS SOMOS FAVORÁVEIS AO DEFERIMENTO.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

SERÁ REALIZADO NESTA PROPRIEDADE AS PRATICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO PARA EVITAR ASSOREAMENTO DAS ÁREAS MAIS BAIXAS. E QUANTO AO SOLO PODERÁ SER MINIMIZADOS COM O FEITIO DE CURVAS DE NÍVEIS E BOLSÕES PARA EVITAR ASSOREAMENTOS. A ÁREA DE RESERVA LEGAL DEVERÁ SER ISOLADA E AINDA FAZER ACEIRO PARA PROTEÇÃO DAS MESMAS CONTRA FOGO.

7.CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedora **Djalma José Cardoso** conforme consta nos autos, para a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 9,04ha, na Fazenda Santa Bárbara, localizada no município de Gurinhata/MG, conforme matrícula nº. 10.257 do CRI da Comarca de Ituiutaba/MG.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 87,68ha e área de reserva legal encontra-se preservada e localizada dentro do imóvel, proposta no CAR. O comprovante de inscrição do SINAFLOP deverá ser analisado para emissão do respectivo AIA.

3 – A intervenção requerida tem por finalidade supressão em uma área de 9,04 de vegetação nativa de cerrado para a ampliação de culturas anuais, sendo este o pedido inicial. No entanto, em vistoria verificou-se que parte da área demarcada para a reserva legal encontrava-se em APP, assim, solicitou-se a correção do mapa apresentado, e reduziu-se a área solicitada de intervenção para 7,48HA.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental para a atividade (culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura).

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PUP, mapas, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 7,48ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa à média vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

8 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

9 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 7,48ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO PARCIAL** do requerimento de 9,04HA de SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO, ONDE ESTA SENDO

AUTORIZADO A SUPRESSÃO DE 7,48HA, localizada na propriedade FAZENDA SANTA BÁRBARA, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado A COMERCIALIZAÇÃO, USO INTERNO NA PROPRIEDADE E INCORPORAÇÃO AO SOLO.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Fazer os trabalhos de conservação de solo

Evitar o uso de fogo na propriedade

Fazer aceiro no entorno da reserva para evitar queimada

Fica indeferido a supressão de Ipê Amarelo E Pequi caso ocorram na área de supressão conforme determinado pela lei nº 20.308/2012.

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO SE APLICA.

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal NO VALOR DE R\$ 9.158,98 reais.

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11.CONDICIONANTE

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO

NOME:MAURO MOREIRA DE QUEIROZ

CPF: 044.984.666-08

Nome: JOSÉ MARIA CASTRO JÚNIOR

MASP: 1020806-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho

MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 18/04/2022, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moreira de Queiroz, Gerente**, em 19/04/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44250999** e o código CRC **AF0FE19E**.